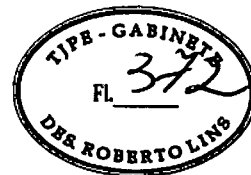




TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0284693-9 – 3ª Vara Privativa do Júri da Capital

Apelante(s): Leno Rodrigues de Melo e Thiago Norberto Cândido da Silva  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Procurador (a): Dr.ª. Milta Maria Paes de Sá  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE DO JULGAMENTO. NÃO ACOLHIMENTO. POSTULAÇÃO DE NOVO JULGAMENTO. VEREDICTO DISSOCIADO DA PROVA HOSPEDADA NOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DOS JURADOS. REDUÇÃO, DE OFÍCIO, DAS PENAS FIXADAS NA SENTENÇA. 1. Afigura-se preclusa a alegação de nulidade ocorrida durante a sessão de julgamento no Tribunal do Júri quando não argüida em plenário. Inteligência do art. 571, VIII, do CPP. 2. Estando o veredicto em plena harmonia com o conjunto probatório inserido nos autos, é de ser mantido o *decisum* condenatório. 3. Não colhe a cogitação de decisão manifestamente contrária à prova dos autos, quando os jurados, no exercício da soberania que lhes cometeu a Constituição Federal, optam por uma das versões apresentadas em plenário, versão esta que encontra-se amparada em elementos de prova. 4. Tendo o Magistrado sentenciante deixado de observar corretamente as circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal, deve o Tribunal, suprir a omissão procedendo uma nova dosimetria da pena. 5. Apelo não provido. Manutenção da decisão condenatória e redução, de ofício das reprimendas, fixando-as em 13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão a serem cumpridas em regime inicialmente fechado. Extensão da redução ao condenado não apelante. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal nº 0284693-9, da Comarca da Capital, em que são apelantes Leno Rodrigues de Melo e Thiago Norberto Cândido da Silva e apelado o Ministério Público do Estado de Pernambuco. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão realizada no dia 125 / MARÇO / 2014, em negar provimento à apelação, mantendo a decisão condenatória dos jurados, e, de ofício, reformar a dosimetria das penas, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 25 MARÇO / 2014.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



Apelação Criminal n.º 0284693-9 – 3ª Vara Privativa do Júri da Capital

Apelante(s): Leno Rodrigues de Melo e Thiago Norberto Cândido da Silva  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Procurador (a): Drª. Milta Maria Paes de Sá  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

### RELATÓRIO

A hipótese é de apelações criminais interpostas, em separado, por Leno Rodrigues de Melo e Thiago Norberto Cândido da Silva, em face da sentença do Juiz Presidente do 3º Tribunal do Júri da Capital que, diante da decisão dos jurados, condenou-os às penas definitivas de 16 (dezesseis) anos de reclusão, pela prática dos crimes previstos nos arts. 121, §2º, I e IV, c/c os arts. 29 e 288, todos do Código Penal.

Nas razões de fls. 304/314, pugna o recorrente Leno Rodrigues de Melo, de maneira preliminar, pela anulação do julgamento, alegando que um dos jurados dormiu durante a sessão de julgamento, por ocasião das explanações da defesa, que restou, portanto, prejudicada. No mérito, argumenta que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos.

O apelante Thiago Norberto Cândido da Silva apresentou as suas razões recursais às fls. 327/334, requerendo a anulação da decisão e a realização de um novo julgamento. Argumenta que os jurados decidiram contrariamente ao conjunto probatório inserido nos autos.

A Procuradoria de Justiça, no parecer de fls. 358/363, opinou pelo não provimento do apelo. Argumentou a douta Procuradora que a nulidade apontada na preliminar deveria ter sido argüida na ocasião da sessão de julgamento, o que não ocorreu. No mérito, aduz que a decisão dos jurados está amparada nas provas dos autos.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 24/11/2013.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0284693-9 – 3ª Vara Privativa do Júri da Capital

Apelante(s): Leno Rodrigues de Melo e Thiago Norberto Cândido da Silva  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Procurador (a): Dr.ª Milta Maria Paes de Sá  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**VOTO**

**Preliminar de nulidade do julgamento argüida pelo apelante Leno Rodrigues de Melo:**

Alegou o apelante Leno Rodrigues de Melo que um dos jurados componentes do Conselho de Sentença dormiu durante a sessão de julgamento, por ocasião das explanações da defesa, o que evidenciaria prejuízo, visto que, para estarem aptos a julgar, os jurados têm que estar atentos às teses expostas em plenário.

Entendo, contudo, que a alegação está preclusa, pois deveria ter sido feita em plenário, logo depois de verificada, conforme o preconizado no art. 571, VIII, do CPP.

Da análise da ata de julgamento (fls. 264/264-V), percebe-se que não foi feito nenhum registro referente ao fato apontado pelo recorrente.

É o entendimento do STJ:

*"1. Esta Corte sufragou entendimento de que "as nulidades eventualmente ocorridas durante o julgamento em plenário devem ser argüidas logo depois de ocorrerem (art. 571, VIII, do Cód. de Pr. Penal), sob pena de preclusão". (HC 121.280/ES, Rel. Min. CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJe 16/11/2010) Neste contexto, não tendo a defesa argüido eventual irregularidade no momento processual oportuno, resta preclusa a matéria. (...)." (STJ – AgRg no Ag nº 1288799/RJ).*

Voto, portanto, no sentido de rejeitar a preliminar argüida.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0284693-9 – 3ª Vara Privativa do Júri da Capital

Apelante(s): Lennon Rodrigues de Melo e Thiago Norberto Cândido da Silva  
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Procurador (a): Drª. Milta Maria Paes de Sá  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

**VOTO DE MÉRITO:**

Trata-se de apelações criminais interpostas por Leno Rodrigues de Melo e Thiago Norberto Cândido da Silva, em face da sentença do Juiz Presidente do 3º Tribunal do Júri da Capital que, diante da decisão dos jurados, condenou-os às penas definitivas de 16 (dezesesseis) anos de reclusão pela prática dos crimes previstos nos arts. 121, §2º, I e IV, c/c os arts. 29 e 288, todos do Código Penal.

Alegam os apelantes que os jurados decidiram em manifesto desacordo com as provas dos autos.

Entendo que existem nos autos provas suficientes para as condenações. Vejamos:

Apesar que nenhuma das testemunhas ter afirmado que presenciou a prática criminosa narrada na denúncia, existem nos autos elementos probatórios suficientes para ensejar a condenação dos recorrentes.

A testemunha Edília da Silva, ouvida na fase inquisitorial, às fls. 43/45, e em Juízo, à fl. 184, apontou os apelantes como participantes do crime de homicídio.

No depoimento de fls. 43/45, afirmou que: "(...); No dia 20/11/2009, véspera do crime Roberto recebeu um pagamento pelo que sabe a depoente no valor de R\$200,00 (duzentos reais); Que Roberto deixou R\$100,00 (cem reais) para as despesas domésticas e saiu com o restante, dizendo que ia pagar uma dívida e beber com os amigos; Que na manhã do fatídico dia, por volta das 04h00, a depoente chegou a ver Roberto bebendo com os algozes, sendo que a depoente só conseguiu ver NEGUINHO, MATUTO, TIAGO e LENO, numa ponte que separa a comunidade do Caranguejo da comunidade Tabaiaries, em Afogados; Que a depoente chamou Roberto para ir embora, mas por insistência dos algozes, resolveu ficar; que a depoente voltou para a sua residência e pouco tempo depois, por volta das 05h30min recebeu a notícia da morte de Roberto, através de EDNIZE, seguindo imediatamente para o local do crime, encontrando a vítima já sem vida; que Roberto conhecia os algozes há muitos anos e era comum beber com todos eles; Que no dia seguinte ao delito as pessoas começaram a comentar o que havia acontecido, tendo então a depoente tomado conhecimento de que os algozes chamaram Roberto para ir a rua Jordânia, na Comunidade Tabaiaries, Afogados, tendo este respondido que iria para casa, mas foi ameaçado, pois disseram que se ele não fosse iria ver o que ia acontecer; Que, então Roberto resolveu acompanhar os assassinos; que ao chegarem na Rua Jordânia, na comunidade Tabaiaries, Afogados, NEGUINHO desferiu o



Apelação Criminal n.º 0284693-9 – 3ª Vara Privativa do Júri da Capital

*primeiro disparo de arma de fogo contra Roberto; que, em seguida MATUTO também atirou contra Roberto e por fim LENO deu o tiro de misericórdia na cabeça da vítima; que algumas pessoas presenciaram o crime mas não querem se envolver por conhecer os criminosos e temerem represálias dada a periculosidade dos mesmos; que, quanto à motivação do delito, a depoente não consegue entender a razão pela qual tiraram a vida de Roberto, mas NEGUINHO tinha uma rixa com a vítima e por 3 (três vezes) NEGUINHO, TIAGO, MATUTO e LENO, planejaram matar Roberto mas desistiram; (...); Que em certa ocasião NEGUINHO chegou a ameaçar Roberto numa mesa de bar (...);”*

Em Juízo (fl. 184), a testemunha Edília, confirmando o seu depoimento prestado na Delegacia de Polícia, afirmou que: “(...); *que a depoente confirma o termo de declarações de fls. 179 prestadas perante a 46ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital relatando ameaças de morte efetuadas pelo acusado Leno Rodrigues de Melo a ela depoente e a sua irmã Edenise; que exibida a fotografia de fls. 65, reconhece como sendo o Neguinho, o acusado Tiago; que as fotografias de fls. 71 é do Pereira; que as fotografias de fls. 76 é do rapaz conhecido por Matuto. (...); que quando a depoente estava com cinco meses de gravidez encontrou-se com Tiago que no momento estava sozinho e teria dito a depoente que mulher grávida também morre; que as pessoas presenciaram a morte da vítima, porém se negam a prestar depoimento com receio de represálias; que o próprio Roberto, vítima desses autos, teria dito a depoente três meses antes do fato que tinha sido ameaçado de morte por Tiago, conhecido pelo apelido de Neguinho.*”

É de se ressaltar que, pelo que consta no depoimento destacado, a vítima foi vista na companhia dos recorrentes antes da ocorrência do fato criminoso, e, inclusive, iria para casa com a testemunha Edília, que, às 04:00hr encontrou-se com a vítima e os apelantes e demais acusados, que convenceram a vítima a continuar na companhia deles, deixando a testemunha seguir sozinha para a residência que dividia com a vítima.

A testemunha Ednise da Silva, ouvida na Delegacia de Polícia às fls. 46/48, apresentou declarações semelhantes às dadas pela testemunha Edília, confirmando a narrativa feita por esta última e acrescentando que: “(...); *no dia seguinte ao delito as pessoas começaram a comentar o que havia acontecido tendo então a depoente tomado conhecimento de que, pouco antes do crime, quando TIAGO queria ir embora, LENO pediu para que ele armasse uma ‘cocó’ para Roberto e o convidasse para ir até a Rua Jordânia, na Comunidade Tabaiaras; que TIAGO assim o fez e todos seguiram para lá; que ao chegarem NEGUINHO desferiu o primeiro disparo de arma de fogo contra Roberto, tendo este tentado correr ao que NEGUINHOGritou para MATUTO ‘termina!’; que então MATUTO também passou a atirar contra Roberto; (...).*”

Ouvida em Juízo, à fl. 185, a testemunha Ednise confirmou o seu depoimento prestado na fase inquisitorial.

Depreende-se dos autos que foram apresentadas em plenário duas versões acerca



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferrelra Lins



Apelação Criminal n.º 0284693-9 – 3ª Vara Privativa do Júri da Capital

dos fatos, sendo que a tese acolhida pelos Jurados, conforme demonstrado, está em consonância com as provas dos autos, ao contrário do que alegaram os apelantes.

Somente o acolhimento de uma tese absolutamente equivocada e discrepante do conjunto probatório autorizaria a anulação do julgamento.

É a jurisprudência:

*“É certo que existindo duas teses contrárias e havendo plausibilidade na escolha de uma delas pelo tribunal do júri, não pode a Corte Estadual cassar a decisão do Conselho de Sentença para dizer que esta ou aquela é a melhor solução.” (STJ – HC 89399/ SP).*

*“Decisão manifestamente contrária à prova dos autos é a decisão arbitrária, a decisão que se divorciou integralmente do conjunto probatório existente nos autos.” (TJSC – Apelação nº 21.197).*

*“A expressão 'julgamento manifestamente contrário à prova dos autos' exige dissensão evidente entre o suporte fático probatório contido nos autos e a decisão do Conselho de Sentença.” (TJDF – Acórdão nº 433177).*

Deve ser mantida, portanto, a decisão condenatória dos jurados.

Observe, contudo, que o Magistrado sentenciante, ao fixar as penas, não agiu de forma avisada, deixando de observar corretamente os ditames do art. 59 do CP, majorando as penas sem a devida fundamentação.

Resolvo, de ofício, refazer as dosimetrias das penas dos recorrentes:

Em relação ao apelante Thiago Norberto Cândido de Silva, no tocante ao crime de homicídio, analisando as circunstâncias do art. 59 do CP, observe que a culpabilidade é normal à espécie e que, embora conste nos autos que o mesmo responde a outro processo criminal na Comarca da Capital, tal fato não pode ser considerado como antecedente, não havendo nos autos, ainda, elementos a considerar como desfavoráveis a conduta social e a personalidade do agente. Os motivos do crime já estão previstos no tipo penal como qualificadora e as consequências do delito são normais à espécie. As circunstâncias do crime são desfavoráveis, posto que a vítima não teve chance de defesa, tendo sido morta por quatro pessoas, que de maneira dissimulada, momentos antes do crime, estavam bebendo com a vítima. Não há elementos para analisar o comportamento da vítima.

Fixo a pena-base em 13 (treze) anos de reclusão e reduzo-a em 06 (seis) meses, em razão da atenuante do art. 65, I, do CP (agente menor de 21 anos na data do fato). Fixo a pena pela prática do crime de homicídio qualificado em 12 (doze) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley - Av. Martins de Barros, 593, 3.º andar, Santo Antônio, Recife, PE. CEP 50.010-230. Fone: (0xx81) 3419 32 05. Fone-fax: (0xx81) 3419 35 29



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 0284693-9 – 3ª Vara Privativa do Júri da Capital

Quanto ao crime de quadrilha ou bando (art. 288 do CP), considero que a culpabilidade é normal à espécie e que, embora conste nos autos que o recorrente responde a outro processo criminal na Comarca da Capital, tal fato não pode ser considerado como antecedente, não havendo nos autos, ainda, elementos a considerar como desfavoráveis a conduta social e a personalidade do agente. Os motivos do crime já estão previstos no tipo penal e as consequências do delito são normais à espécie. As circunstâncias do crime também não podem ser consideradas desfavoráveis pois não se afastam do previsto no tipo legal. Não há elementos para analisar o comportamento da vítima.

Fixo a pena-base para o crime do art. 288 do CP no mínimo legal de 01 (um) ano de reclusão. Deixo de aplicar a atenuante do art. 65, I, do CP em razão de a pena já ter sido fixada no mínimo legal.

Diante do exposto, feito o somatório, fixo a pena do recorrente Thiago Norberto Cândido de Silva em 13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Em relação ao apelante Leno Rodrigues de Melo, no tocante ao crime de homicídio, analisando as circunstâncias do art. 59 do CP, observo que a culpabilidade é normal à espécie e que, ele não apresenta antecedentes criminais, não havendo nos autos, ainda, elementos a considerar como desfavoráveis a conduta social e a personalidade do agente. Os motivos do crime já estão previstos no tipo penal como qualificadora e as consequências do delito são normais à espécie. As circunstâncias do crime são desfavoráveis posto que a vítima não teve chance de defesa, tendo sido morta por quatro pessoas, que de maneira dissimulada, momentos antes do crime, estavam bebendo com a vítima. Não há elementos para analisar o comportamento da vítima.

Diante do exposto, fixo a pena-base em 13 (treze) anos de reclusão e reduzo-a em 06 (seis) meses em razão da atenuante do art. 65, I do CP (agente menor de 21 anos na data do fato). Fixo a pena pela prática do crime de homicídio qualificado em 12 (doze) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Quanto ao crime de quadrilha ou bando (art. 288 do CP), considero que a culpabilidade é normal à espécie e que o apelante não apresenta antecedentes criminais, não havendo nos autos, ainda, elementos a considerar como desfavoráveis a conduta social e a personalidade do agente. Os motivos do crime já estão previstos no tipo penal e as consequências do delito são normais à espécie. As circunstâncias do crime também não podem ser consideradas desfavoráveis pois não se afastam do previsto no tipo legal. Não há elementos para analisar o comportamento da vítima.

Fixo a pena-base para o crime do art. 288 do CP no mínimo legal de 01 (um) ano de reclusão. Deixo de aplicar a atenuante do art. 65, I, do CP em razão de a pena já ter sido fixada no mínimo legal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



**Apelação Criminal n.º 0284693-9 – 3ª Vara Privativa do Júri da Capital**

Diante do exposto, feito o somatório, fixo a pena do recorrente Leno Rodrigues de Melo em 13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Estendo o benefício da redução ao condenado não apelante (Edinaldo Quirino de França), fixando também a sua reprimenda em 13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, por se encontrar em situação semelhante à dos apelantes.

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso, e, de ofício, reformar a sentença na sua dosimetria, com a redução das penas, fixando-as em 13 (doze) anos e 06 (seis) meses de reclusão para cada um dos recorrentes, com a extensão já operada, por violação dos artigos 121, §2º, I e IV, c/c os arts 29 e 288, todos do Código Penal.

É como voto.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete Desembargador Fausto Campos**



Apelação Criminal nº:	0103850-73.2010.8.17.0001 (284693-9)
Comarca:	Recife
Juízo:	3ª Vara do Tribunal do Juri
Apelante:	Thiago Noberto Candido da Silva e Outro
Advogado:	Marcela Martin Vila Nova Silveira Silva
Apelado:	MPPE
Procuradora de Justiça:	Dra. Milta Maria Paes de Sá
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal
Relator:	Des. Roberto Ferreira Lins
Revisor:	Des. Fausto Campos

**PRELIMINAR ARGUIDA PELO APELANTE LENO RODRIGUES DE MELO**

Alega o Apelante Leno Rodrigues de Melo que durante a sessão de julgamento, no momento das explanações da defesa, um dos jurados componentes do Conselho de Sentença dormiu. Desta forma se caracterizaria um prejuízo, uma vez que os jurados devem estar atentos as teses expostas em plenário.

Contudo, a alegação não fora feita em plenário, conforme dita o art. 571, VIII do CPP, encontrando-se assim preclusa, conforme, inclusive, orientação jurisprudencial do STJ.

Ante o exposto **Rejeito a Preliminar** arguida pelo Apelante, por encontrar-se preclusa.

É como voto

Recife, 25 de março, de 2014

Fausto Campos

Revisor



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete Desembargador Fausto Campos**



<b>Apelação Criminal nº:</b>	<b>0103850-73.2010.8.17.0001 (284693-9)</b>
<b>Comarca:</b>	<b>Recife</b>
<b>Juízo:</b>	<b>3ª Vara do Tribunal do Juri</b>
<b>Apelante:</b>	<b>Thiago Noberto Candido da Silva e Outro</b>
<b>Advogado:</b>	<b>Marcela Martin Vila Nova Silveira Silva</b>
<b>Apelado:</b>	<b>MPPE</b>
<b>Procuradora de Justiça:</b>	<b>Dra. Milta Maria Paes de Sá</b>
<b>Órgão Julgador:</b>	<b>Primeira Câmara Criminal</b>
<b>Relator:</b>	<b>Des. Roberto Ferreira Lins</b>
<b>Revisor:</b>	<b>Des. Fausto Campos</b>

**VOTO DE MÉRITO**

Trata-se de recurso interposto por **Thiago Noberto Cândido da Silva e Leno Rodrigues de Melo**, inconformados com a sentença condenatória promulgada pelo Juiz Presidente do 3º Tribunal do Júri da Capital, após decisão dos jurados. Sendo os mesmos condenados a 16 (dezesseis) anos de reclusão pelo crime do art. 121, §2º, I e IV, c/c arts. 29 e 288, todos do CP.

Defendem os Apelantes que a decisão do conselho de sentença fora dada de forma manifestamente contrária as provas presentes nos autos.

Nas contrarrazões pugna o ministério público pela manutenção da sentença.

A Procuradoria emitiu parecer no mesmo sentido.

Para que a decisão soberana do júri seja alterada é necessário que a mesma tenha sido proferida sem o devido amparo nas provas presentes nos autos, em verdade na contramão das mesmas.

Sendo justa a sentença que baseia-se em qualquer das versões que encontrem-se respaldadas no conjunto probatório produzido no curso do processo.

Neste sentido a Jurisprudência pátria já se manifestou inúmeras vezes, como neste julgado do STJ:



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Fausto Campos**



HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM PELA EXISTÊNCIA DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS.

NÃO-OCORRÊNCIA. OFENSA À SOBERANIA DOS VEREDITOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. PRECEDENTES.

**1. A teor do entendimento desta Corte, não é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão dos jurados que acolhe uma das versões respaldada no conjunto probatório produzido.**

...

(HC 116.924/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04/08/2011, DJe 31/08/2011)

Isto posto, ao analisar os autos, encontro nos depoimentos acostados e nas demais provas carreadas, provas suficientes para análise e veredicto do conselho de sentença, impossibilitando que esta corte reforme a decisão do conselho sobre a condenação dos Apelados, uma vez que a decisão da mesma é soberana.

Entendo assim como justa a deliberação dos jurados.

Quanto à dosimetria, percebo haver a necessidade de reforma.

Sendo assim, de ofício refaço a dosimetria.

Início pela dosimetria do Apelante Leno Rodrigues de Melo, no que tange ao crime de homicídio, em análise as circunstâncias do art. 59 do CP, percebo que a culpabilidade é normal à espécie, contando assim de forma neutra, não apresenta antecedentes criminais, os autos não trazem elementos para que se possa ter como desfavorável a conduta social e a personalidade do agente. Os motivos do crime já estão previstos como qualificadores e as consequências do delito são normais à espécie. Tendo em vista a ausência de chance de defesa da vítima, pelo ataque de quatro pessoas que anteriormente estavam bebendo com a mesma no bar, tornam as circunstâncias do crime desfavoráveis.

Assim, fixo a pena base em 13 (treze) anos de reclusão. Verifico não haver circunstância agravante, porém verifico haver a circunstância atenuante do art. 65, I do CP, pelo que reduzo a pena em 06 (seis) meses. Restando pelo homicídio a pena de 12 (doze) anos e 06 (seis) meses de reclusão. À míngua de qualquer circunstância de aumento ou diminuição de pena mantenho em 12 anos e 06 meses.

Com relação ao Crime de Associação Criminosa, do art. 288 do CP, ao verificar os ditames do art. 59 observo que a culpabilidade é inerente a espécie, não havendo antecedentes criminais contra o apelante, a personalidade e a conduta do réu não



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Fausto Campos**



podem ser valoradas por falta de elementos nos autos. Os motivos bem como as consequências do delito são normais à espécie. As circunstâncias também encontram-se dentro da tipificação penal. Prejudicada a análise do comportamento da vítima, visto não haver elementos para fazê-la.

Pelo exposto fixo a pena no mínimo seu mínimo de 01 (um) ano de reclusão. Tendo em vista já ter fixado a pena em seu mínimo apesar de verificar a incidência do art. 65, I do CP deixo de aplicar o mesmo. A minguia de qualquer circunstância de aumento ou diminuição de pena fixo a pena em 01 (um) ano de reclusão.

Por fim, faço a soma das penas do Apelante **Leno Rodrigues de Melo** fixando a **pena definitiva em 13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão** a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

Com relação ao Recorrente **Thiago Noberto Cândido da Silva**, verifico que apesar de possuir outro processo criminal o mesmo não pode ser considerado como antecedente, sendo assim, a análise do art. 59 semelhante a análise de Leno, razão peço qual fixo a pena em 12 anos e 06 meses de reclusão, pela mesma razão exposta anteriormente.

Da mesma maneira ocorre com o crime do art. 288 CP, fixo assim a pena em 01 (um) ano de reclusão.

Ao proceder com o somatório das penas, tem-se por definitiva a pena de **13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão** a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

Por se enquadrar nas mesmas circunstâncias que os apelantes, estendo a nova pena de **13 (treze) anos e 06 (seis) meses a Edinaldo Quirino de França**, por ser de inteira justiça.

Isto posto, voto pelo **Não Provimento dos Apelos**, e de ofício, reformar a sentença em sua dosimetria e reduzir as penas, fixando-as já somadas em **13 (treze) anos e 06 (seis) meses a serem cumpridos em regime inicialmente fechado**. Pelos crimes dos arts. 121 §2º, I e IV, c/c 29 e 288 todos do CP. Mantendo a sentença em todos os seus demais termos.

É como voto.

Recife, 25 de Março de 2014.

**DES. FAUSTO CAMPOS**  
Revisor